

# **Sobre a relação entre as propriedades subjetivas e objetivas segundo o naturalismo biológico de John Searle<sup>1</sup>**

## **On the Relationship between Subjective and Objective Properties in John Searle's Biological Naturalism**

Tárik de Athayde Prata<sup>2</sup>  
Universidade Federal de Pernambuco

### **Resumo**

O artigo examina a teoria de John Searle sobre a relação entre propriedades subjetivas e objetivas. Tal relação é concebida por ele como uma forma peculiar de superveniência "causal", que se dá entre propriedades que não podem ser identificadas enquanto *tipos*. Uma vez que ele concebe essa superveniência como mero resultado das leis da natureza, sua ontologia da mente recai no dualismo de propriedades.

**Palavras-chave:** Searle, superveniência, dualismo de propriedades.

### **Abstract**

The article examines John Searles' theory of the relation between subjective and objective properties. Such relation is conceived by him as a peculiar way of causal supervenience, which consists of the relation between properties that cannot be identified as types. Since he conceives this supervenience as a mere result of the laws of nature, his ontology of the mind relapses into property dualism.

**Key words:** Searle, supervenience, property dualism.

---

<sup>1</sup> O presente trabalho foi produzido no âmbito do projeto de pesquisa "O naturalismo biológico de John Searle e o fisicalismo não-redutivo", registrado no Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

<sup>2</sup> Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de Filosofia (15º andar). Av. Prof. Moraes Rego, s/n, Cidade Universitária, 50740-550, Recife, PE, Brasil. E-mail: tarikbilden@yahoo.de

## Introdução

Entre os diversos problemas que são discutidos na filosofia da mente, há um que desde muito tempo ocupa um lugar de destaque: o assim chamado problema mente-corpo. Trata-se do problema relativo à ontologia da mente, isto é, em termos bem gerais, ao seu modo de ser.<sup>3</sup> A pergunta é: o que são os fenômenos mentais? Refletindo sobre essa pergunta, é possível distinguir diversas questões relacionadas. São os fenômenos mentais um tipo de fenômenos físicos? Ou algumas de suas propriedades peculiares indicam que eles são um domínio de fenômenos em separado? Seja como for, como os dois domínios se relacionam (cf. Schröder, 2004, p. 10)? No que diz respeito às relações entre eles, uma questão especialmente importante é: como é possível que fenômenos em um domínio possam causar modificações no outro? (cf. Schröder, 2004, p. 32).

Na tentativa de responder esse conjunto de questões (aqui apenas esboçado), constituíram-se inúmeras concepções filosóficas, mas elas costumam ser agrupadas sob duas grandes rubricas: de um lado, está o dualismo ontológico, que defende a existência de dois domínios irreduzíveis, o mental e o físico, e, de outro lado, está o monismo ontológico fisicalista, que só aceita um domínio único, o dos fenômenos físicos.<sup>4</sup> A controvérsia entre os partidários dessas duas concepções gerais prossegue muito intensa, de modo que, apesar do otimismo de alguns, muitos são os que acreditam que a solução para esse problema está distante, ou mesmo que ele é completamente insolúvel (cf. McGinn, 2004).

Diante desse quadro, é curioso perceber que alguém pode ser radicalmente otimista. É o caso de John R. Searle, um dos mais influentes filósofos da atualidade, grande expoente da filosofia da linguagem que, no final da década de 1970, voltou sua atenção para a área da filosofia da mente. A princípio, Searle se celebrou nessa área como um crítico do modelo computacional. Em 1980, publicou o artigo *Mentes, cérebros e programas*, onde apresentou o famoso “argumento do quarto chinês”, até hoje sua mais conhecida contribuição à filosofia e o mais importante argumento contra a teoria computacional da mente (cf. Searle, 1980; Preston e Bishop, 2002), mas com o tempo ele foi delineando e tornando pública a sua teoria positiva sobre os fenômenos mentais, que inclui, naturalmente, uma concepção ontológica a respeito deles, isto é, uma proposta de solução para o problema mente-corpo, que Searle chama de naturalismo biológico.

E o otimismo quanto ao problema mente-corpo fica evidente quando ele afirma que, desde o início dos estudos sistemáticos a respeito do funcionamento cerebral, há mais de um século, solucionar esse problema seria algo “simples” (cf. Searle, 1992, p. 1). Mesmo que os problemas empíricos para se formar uma teoria científica de como o cérebro produz os fenômenos mentais sejam muito grandes, o problema conceitual a respeito da relação entre mente e cérebro é que seria de fácil solução (cf. Searle, 2002b, p. 57-58) através de duas teses básicas:

<sup>3</sup> Em sua introdução à filosofia da mente, Paul Churchland (2004, p. 17-21) distingue, no que diz respeito aos fenômenos mentais, entre o problema ontológico, o problema epistemológico, o problema semântico e o problema metodológico. O foco no presente trabalho é o problema ontológico.

<sup>4</sup> Na verdade, essa é apenas a variante mais influente do monismo ontológico, pois existiram defensores de um monismo mentalista (tudo o que existe é mental) ou um monismo neutro – “a crença de que o mesmo ‘material’ primitivo, ordenado de diferentes maneiras, constitui, de um lado, o mundo mental e, de outro, o mundo físico” (Blackburn, 2003, p. 70) – embora poucos tenham efetivamente sustentado essas concepções. O primeiro número de página é da edição original, enquanto o número entre colchetes é o da tradução em língua portuguesa, quando disponível. As citações de obras em língua estrangeira foram traduzidas pelo autor do presente trabalho.

“Os fenômenos mentais são *causados* por processos neurofisiológicos no cérebro, e são, eles próprios, *características* do cérebro” (Searle, 1992, p. 1, grifos meus). E em virtude da solução do problema conceitual é que já seria possível hoje abordar o problema mente-corpo como um problema científico, isto é, um problema para as ciências empíricas (cf. Searle, 1994, p. 545; 1999b, p. 2073).

A ideia é que, considerados no nível mais elevado, ou “macro”, os fenômenos mentais seriam propriedades do sistema cerebral (o tipo de propriedade que só é instanciada quando há um sistema dotado da devida complexidade – cf. Searle, 1992, p. 111), enquanto que no nível inferior, ou “micro”, isto é, do ponto de vista dos elementos fundamentais do sistema (nesse caso, os neurônios), os fenômenos mentais seriam causados pelos processos que ocorrem nos agrupamentos neuronais, de modo que as noções de propriedade e de causação têm uma importância especial para o exame da teoria de Searle.

Mas qual a posição dessa teoria no cenário das concepções sobre a relação entre mente e corpo? Trata-se de uma teoria dualista ou fisicalista a respeito da mente? Searle afirma que sua solução não é formulada em termos dessas posições tradicionais. Nas palavras do autor: “Quero criticar e superar as tradições dominantes no estudo da mente, tanto a ‘materialista’ quanto a ‘dualista’” (Searle, 1992, p. xi). Ele pretende superar as duas posições afirmando que o mental é físico (contra o dualismo conceitual – cf. Searle, 1999a, p. 50 – que seria pressuposto pelas duas tradições), mas o problema é que o modo como ele concebe a subjetividade ontológica (cf. Searle, 2004, p. 120) opera uma cisão radical entre o subjetivo e o objetivo (cf. Hodgson, 1994, p. 265), de maneira que sua teoria recai em um dualismo entre conceitos subjetivos e objetivos. Portanto, mesmo se Searle não opõe o físico ao mental, ainda assim faz sentido avaliar o naturalismo biológico em termos de sua adesão ao dualismo ou ao fisicalismo, pois, como será examinado a seguir, ele afirma uma diferença entre propriedades (ontologicamente) subjetivas e (ontologicamente) objetivas, de modo que cabe perguntar se tal diferença é radical (constituindo um dualismo ontológico) ou se há entre esses dois tipos de propriedades uma relação suficientemente forte (constituindo um monismo fisicalista).

Uma vez que a teoria é formulada em termos do que sabemos a partir das neurociências, um leitor desavisado poderia concluir que Searle está propondo, simplesmente, uma forma comum de materialismo (a mente é apenas o funcionamento do cérebro), que não poderia ser entendida de outra maneira senão como um reducionismo biológico, e, de fato, ele abre margem para esse tipo de interpretação (em especial nos seus primeiros escritos sobre filosofia da mente).<sup>5</sup> Entretanto, diversos críticos afirmam que a concepção de Searle sobre as relações entre mente e cérebro é uma forma de dualismo (cf. Stich, 1987, p. 133; Hodgson, 1994, p. 265), e a insistência dele na irreducibilidade da mente é um aspecto que pode reforçar essa interpretação.

Para avaliar o caráter dualista ou fisicalista da teoria de Searle, é importante ter clareza de que defender alguma forma de naturalismo não é a mesma coisa que defender um materialismo (ou fisicalismo), e que naturalismo e fisicalismo

<sup>5</sup> A seguinte passagem sugere que Searle concebe o modelo conceitual de relação entre propriedades no micro e no macronível como um modelo reducionista: “Objetando contra o que foi dito, alguém poderá dizer que a liquidez, a solidez e assim por diante são idênticas às características da microestrutura. [...] Este pormenor parece-me correto, mas *não constitui realmente uma objeção à análise que estou propondo*. É uma característica do progresso da ciência que uma expressão que é originalmente definida em termos de características superficiais, acessíveis aos sentidos, seja subsequentemente definida em termos da microestrutura que causa essas características” (Searle, 1984, p. 21, grifo meu).

não são o mesmo que reducionismo. Prova de que é possível<sup>6</sup> ser naturalista sem se comprometer com o fisicalismo é a obra do influente filósofo australiano David Chalmers, que defende um “dualismo naturalista”<sup>7</sup>, segundo o qual a consciência forma um domínio acima e além dos fenômenos físicos, mas, mesmo assim, ela pode ser explicada em termos de leis naturais (que regem a superveniência natural da consciência sobre propriedades físicas). Já a possibilidade de se articular uma teoria fisicalista sem se comprometer com o reducionismo não é grande novidade, pois, ao longo das últimas décadas, o fisicalismo não reduutivo tem sido uma das mais influentes posições a respeito do problema mente-corpo (Kim, 1993, p. 311; Schlosser, 2009, p. 73).

Searle claramente adota uma postura filosófica naturalista (a de se deixar guiar pelos resultados das ciências naturais), mas isso não define automaticamente sua atitude para com o fisicalismo e o reducionismo (que são concepções ontológicas, isto é, concepções a respeito do que existe e suas propriedades essenciais – cf. Churchland, 2004, p. 17). É importante ter em vista que, se ele adere ao fisicalismo (em certo sentido do termo), Searle é radicalmente antirreducionista. Se, por um lado, ele se compromete com o fisicalismo no tocante aos concretos particulares (tudo o que existe em porções determinadas do espaço-tempo são sistemas físicos)<sup>8</sup>, por outro lado, rejeita reiteradamente o reducionismo. A redução pode ser entendida, em termos bastante gerais, como um procedimento para identificar dois tipos de fenômenos (cf. Searle, 1992, p. 112-113), e, no caso da mente, Searle nega a possibilidade de redução no tocante às próprias propriedades mentais (embora aceite a redução no tocante às capacidades causais dessas propriedades<sup>9</sup>). Para ele, a consciência, que é uma propriedade do sistema cerebral (cf. Searle, 2002a, p. 9), não pode ser identificada com a atividade neuronal (cf. Searle, 2004, p. 119), pois a consciência existe de um modo subjetivo, na medida em que ela só existe quando é experienciada por um sujeito humano ou animal (cf. Searle, 2002a, p. 41). Tal subjetividade ontológica impossibilita a identificação entre a consciência e a atividade do cérebro, porque as características subjetivas (de primeira pessoa) e objetivas (de terceira pessoa) são diferentes (cf. Searle, 1992, p. 117).

Com base nas reflexões acima, a pergunta sobre se o naturalismo biológico é uma teoria dualista ou fisicalista pode ser formulada em contornos mais definidos. Se a teoria é um fisicalismo a respeito dos particulares acompanhado por um antirreducionismo a respeito das propriedades mentais, impõe-se então a pergunta: qual a relação entre estas propriedades subjetivas de um sistema físico (como

<sup>6</sup> Ao dizer que é possível defender naturalismo sem fisicalismo, não quero sugerir que essa é uma concepção realmente sustentável, isto é, não quero sugerir que um naturalismo não fisicalista é, de fato, capaz de resolver os problemas filosóficos a respeito da mente (de modo que haveria argumentos para defender esse tipo de naturalismo). Quero apenas indicar que um filósofo pode, eventualmente, defender uma forma de naturalismo sem defender um fisicalismo, pelo fato de se tratar de posições a respeito de coisas bastante diversas. Enquanto o naturalismo pode ser entendido como uma atitude filosófica geral, ou seja, um modo de direcionar a reflexão filosófica (a partir dos resultados das ciências naturais), o fisicalismo pode ser entendido como uma concepção ontológica, isto é, uma concepção a respeito do que existe (“tudo o que existe é físico” ou, numa forma mais moderada, “os fenômenos básicos do universo são físicos”).

<sup>7</sup> “Algumas vezes ‘naturalismo’ é tomado como sinônimo de ‘materialismo’, mas me parece que o compromisso com um entendimento naturalista do mundo pode sobreviver ao fracasso do materialismo. (Se o leitor duvida, eu indico o restante deste trabalho como uma evidência disso)” (Chalmers, 1996, p. 128).

<sup>8</sup> “O mundo consiste inteiramente de entidades físicas” (Searle, 1995, p. 229); “o universo é inteiramente feito de partículas físicas que existem em campos de força e são frequentemente organizadas em sistemas” (Searle, 2004, p. 126).

<sup>9</sup> A redução causal da consciência aos processos cerebrais implica: (a) que as características da consciência são explicáveis em termos de processos cerebrais; e (b) que suas capacidades causais são as mesmas que as destes processos (cf. Searle, 2002b, p. 60).

um cérebro) e as suas propriedades objetivas? Trata-se de uma dependência delas em relação às propriedades objetivas (constituindo assim um fisicalismo)? Ou as propriedades subjetivas são, em certo sentido, independentes (como professa o dualismo)?<sup>10</sup> Para responder a essas perguntas, no caso específico do naturalismo biológico, é necessário examinar criticamente os dois conceitos básicos dessa teoria da mente: o de causação e o de propriedade sistêmica. Essas duas relações dos fenômenos mentais conscientes com o sistema cerebral são apresentadas por Searle em passagens como a seguinte:

O primeiro passo na solução do problema mente-corpo é: processos cerebrais *causam* processos conscientes. Isso nos deixa com a seguinte questão: qual é a ontologia, qual é a forma de existência desses processos conscientes? Ou, mais precisamente, a afirmação de que há uma relação causal entre o cérebro e a consciência nos compromete com um dualismo de coisas “físicas” e coisas “mentais”? A resposta é definitivamente não. Os processos cerebrais causam a consciência, mas a consciência que eles causam *não é uma substância ou entidade extra* [grifo meu]. É apenas uma característica de nível superior de todo o sistema (Searle, 2002a, p. 9).

A consciência existe enquanto uma propriedade sistêmica do cérebro, portanto, trata-se de uma propriedade que existe exatamente ao mesmo tempo que suas supostas “causas”, ou seja, os processos cerebrais ao nível dos elementos do sistema. Considerando que (a) os fenômenos mentais são concebidos por Searle como propriedades do cérebro, (b) que processos cerebrais (suposta causa dos fenômenos mentais) podem ser concebidos como modificações das propriedades dos elementos do sistema (neurônios e agregados de neurônios), e (c) que se trata de uma relação sincrônica (causa e efeito ocorrem ao mesmo tempo – cf., por exemplo, Searle, 1983, p. 269), é possível concluir que a conexão entre as relações de causação e de ser uma propriedade sistêmica (tal como Searle as entende) é uma forma de relação de determinação entre tipos de propriedades, que ocorre quando a instanciação de uma propriedade de determinado tipo depende da instanciação de uma propriedade de outro tipo.<sup>11</sup>

Esse tipo de relação entre propriedades costuma ser chamado de “superveniência”, e o próprio Searle emprega esse termo (em certo sentido) para se referir à relação entre processos cerebrais e fenômenos mentais (cf. Searle, 1992, p. 124; 2004, p. 148). Se o naturalismo biológico considera todos os concretos particulares como sistemas físicos e afirma haver uma relação de superveniência entre as propriedades subjetivas (mentais) e objetivas dos sistemas cerebrais, então a pergunta decisiva para que se possa julgar a teoria como fisicalista ou dualista diz respeito à força modal dessa relação. Se temos uma relação, de certo modo, contingente entre propriedades subjetivas e objetivas, então estamos diante de um dualismo; caso contrário, isto é, se a relação entre tais propriedades é, de um modo satisfatório, necessária, então se trata de um fisicalismo.

<sup>10</sup> Searle não opõe o físico ao mental, mas defende uma diferença radical entre o subjetivo e o objetivo. As propriedades subjetivas seriam físicas (já que causadas e realizadas em um sistema físico, o cérebro), mas existiriam de modo diferente das propriedades objetivas. Trata-se, portanto, de subjetividade e objetividade em sentido ontológico (modo de existência) e não epistemológico (dependência ou independência da verdade de asserções de inclinações e preferências subjetivas).

<sup>11</sup> Quando determinadas propriedades neurobiológicas (objetivas) são instanciadas no micronível em um tempo *t*, isso determina a instanciação de determinadas propriedades subjetivas no macronível no mesmo tempo *t*. Temos assim diferentes tipos de propriedades (objetivas no nível inferior e subjetivas no nível superior) que são instanciadas pelo mesmo sistema físico, onde a instanciação das propriedades subjetivas depende da instanciação de propriedades neurobiológicas.

Assim, para determinar a força da conexão entre o mental e o físico no naturalismo biológico, será seguido o seguinte percurso. Em primeiro lugar, será esclarecido por que a noção de superveniência é mais adequada do que a noção de causalção – que Searle insiste em empregar. Feito isso, estará justificada a formulação do naturalismo biológico como uma teoria de superveniência psicofísica. Em seguida, será discutida a maneira como ele recusa a identidade de tipos entre propriedades físicas e mentais, ao mesmo tempo em que aceita a identidade de ocorrências – no sentido de que todo evento (particular) que tem uma propriedade mental tem também uma propriedade física (cf. Searle, 2004, p. 124-125,). Com essa discussão, ficará mais clara a maneira como a teoria de Searle se aproxima do fisicalismo não redutivo, bem como do dualismo de propriedades. Depois disso, serão discutidas as noções de superveniência lógica e superveniência natural, e a maneira como Searle defende uma superveniência meramente natural da consciência sobre propriedades neurobiológicas, isto é, uma relação de superveniência que depende das leis da natureza no mundo atual e que não se dá em todos os mundos logicamente possíveis. Assim, ficará claro o modo como o naturalismo biológico se aproxima do dualismo de propriedades (já que a falha da superveniência lógica indica uma diferença ontológica entre a consciência e os fenômenos físicos). Por fim, serão discutidos os argumentos de Searle contra o dualismo de propriedades (baseado na possibilidade lógica de um mundo fisicamente idêntico ao nosso, mas desprovido de consciência), argumentos que, supostamente, demonstrariam que o naturalismo biológico permanece como uma teoria fisicalista<sup>12</sup>. Porém, diante do fracasso dos argumentos de Searle, a conclusão do presente trabalho é que ele não consegue distanciar sua teoria da mente do dualismo de propriedades.

## Causação ou superveniência?

De acordo com Searle, as noções-chave do naturalismo biológico são as de causa e característica [*feature*] (cf. Searle, 2002a, p. 9), consideradas por ele como as duas relações cruciais entre a consciência e o cérebro. Sendo a consciência (e todos os fenômenos mentais que ocorrem nela, como sensações, crenças, desejos, etc.) características ou propriedades sistêmicas do cérebro, a relação causal entre os processos cerebrais e tais propriedades se daria entre diferentes níveis do mesmo sistema (cf. Searle, 1983, p. 266).

Porém, essa concepção de causalção é considerada altamente problemática pelos intérpretes. A dificuldade geral é que “a causa e o efeito estão um pouco juntos demais” (Armstrong, 1991, p. 150). Alguns dos exemplos oferecidos por Searle para ilustrar a “causalção” de propriedades recorrem a relações tão estreitas que sugerem uma identidade entre as propriedades em questão. Thompson argumenta contra a teoria de Searle com base em exemplos desse tipo:

---

<sup>12</sup> Apesar de Searle rejeitar que o naturalismo biológico corresponda às concepções tradicionais (tanto o dualismo quanto o fisicalismo), o esforço dele com esses argumentos é mostrar que não existem propriedades subjetivas absolutamente independentes das propriedades objetivas do cérebro, o que pode ser interpretado como uma forma de fisicalismo (“o domínio físico é o domínio básico, do qual depende a existência das propriedades subjetivas”). A defesa da redução causal da consciência (apesar da sua irredutibilidade ontológica) visa, justamente, mostrar a dependência da consciência em relação às propriedades neurobiológicas: “O fato de que as capacidades causais da consciência e as capacidades causais da sua base neuronal são exatamente as mesmas mostra que não estamos falando sobre duas coisas independentes, consciência e processos neuronais. Se duas coisas no mundo empírico real têm uma existência independente, elas têm que ter capacidades causais diferentes. Mas as capacidades causais da consciência são exatamente as mesmas que as do substrato neuronal” (Searle, 2004, p. 127-128).



Searle afirma que “se... nós alteramos a estrutura molecular, causamos a mudança das características superficiais”.<sup>13</sup> Isso é *nonsense*. É como afirmar que podemos causar que alguém se case fazendo-o tomar uma esposa; essas são duas descrições do mesmo evento, de modo que uma não pode ser a causa da outra (Thompson, 1986, p. 95).

A ideia de uma relação causal entre diferentes níveis de descrição do mesmo fenômeno é estranha porque, nesse caso, não se aplicam as características que se costuma atribuir à causação. Isso fica claro, segundo Thompson (1986, p. 95), quando se observa que seria perfeitamente possível dizer que, “se nós alteramos as características superficiais, causamos a mudança da estrutura molecular”, o que tornaria a relação causal, nesse caso, uma relação simétrica (algo muito estranho). Para esse crítico, ainda que algumas características tradicionalmente atribuídas à causação se mostrassem falsas, algumas delas teriam de permanecer, para que ainda fizesse sentido se empregar o termo “relação causal”.

De qualquer maneira, mesmo que Searle negue a identidade entre as propriedades causadas e realizadas em um mesmo sistema (como ele nega a identidade entre propriedades subjetivas e neurobiológicas – cf. Searle, 2004, p. 125), é evidente que a concepção dele se afasta muito do que se costuma entender por causalidade, porque a relação que ele chama de “causal” está, por assim dizer, entrelaçada com a relação de ser uma propriedade sistêmica, de modo que a ocorrência da (suposta) causa e a do (suposto) efeito são simultâneas, o que, de fato, não deixa espaço para as características que se costuma atribuir à causação. Nesse sentido, Jaegwon Kim critica o naturalismo biológico afirmando que

[o] que cria a dificuldade é a visão de que fenômenos de nível inferior *causam* (em “um sentido perfeitamente ordinário”, ele adicionaria) fenômenos de nível superior. Causação sugere “mecanismo causal”, e uma lacuna temporal entre causa e efeito; nós podemos com frequência intervir em um processo causal e evitar que o efeito ocorra. Nada disso faz sentido para relações entre propriedades do nível micro e macro. É por isso que outros autores empregam termos como “superveniência”, “determinação”, “emergência” e outros (Kim, 1995, p. 194).

De fato, a colocação de Kim é muito sensata. Mas, sob certo ponto de vista, esse problema no naturalismo biológico não é tão grave, já que Searle, de algum modo, aceita empregar um dos conceitos citados por ele nessa passagem, conceito que é mais apropriado para explicar a relação entre propriedades dos níveis micro e macro: o de superveniência. Em *A redescoberta da mente*, ele se compromete com uma determinada forma de superveniência: “Na explicação que eu tenho proposto, estados mentais são supervenientes a estados neurofisiológicos no seguinte aspecto: causas neurofisiológicas de tipo idêntico teriam efeitos mentalísticos de tipo idêntico” (Searle, 1992, p. 124). E em *Mind: a Brief Introduction*, ele afirma: “É certamente verdade que a consciência é superveniente ao cérebro” (Searle, 2004, p. 148). A questão é que, apesar de admitir a superveniência de propriedades conscientes a propriedades neurobiológicas, Searle considera esse conceito de pouca utilidade, uma vez que já temos o conceito de causação. O tipo de superveniência que ele aceita é a que ele denomina “superveniência causal” (diferente da “superveniência constitutiva”) e, nesse caso, a constatação de (supostas) relações causais entre propriedades do nível micro e do nível macro tornaria a ideia de dependência entre

<sup>13</sup> Citação de Searle (1983, p. 266).

propriedades supérflua, pois “as características formais da relação já estão presentes na suficiência causal das formas de causação micro-macro” (Searle, 1992, p. 124).<sup>14</sup>

Porém, diante das considerações de Armstrong, Kim e Thompson apresentadas acima, parece-me que essa ideia de uma superveniência “causal” é inadequada. Quando se trata de propriedades que são instanciadas de maneira tão intimamente relacionada, faz mais sentido falar em termos de constituição (cf. Chalmers, 1996, p. 130), ou de superveniência constitutiva.<sup>15</sup> Se estamos tratando de propriedades que são instanciadas simultaneamente em diferentes níveis de organização do mesmo sistema, então a ideia de uma relação de superveniência (que pode ser concebida de diferentes maneiras –) é bem mais adequada do que a ideia de uma relação causal, que é comumente concebida envolvendo uma sucessão temporal entre eventos (a causa e o efeito). E outra vantagem da noção de superveniência é que ela é a noção mais empregada nas teorias que se pretendem fisicalistas, mas não reducionistas (cf. Melnyk, 2003, p. 69), pois a superveniência pode ser concebida como uma relação de dependência entre propriedades mutuamente irreduzíveis (cf. Kim, 1993, p. 139). Portanto, se a noção de superveniência for empregada pelo defensor do naturalismo biológico, essa teoria se integra de modo mais natural ao debate contemporâneo sobre o fisicalismo. Para compreender a maneira como a noção de superveniência se encaixa com os propósitos de Searle (articular uma teoria da mente como um fenômeno físico, mas recusando o reducionismo), é importante considerar os argumentos dele para recusar o valor da noção de identidade para a solução do problema mente-corpo, argumentos baseados, justamente, na ideia de que propriedades objetivas e subjetivas são diferentes.

## Propriedades subjetivas e neurobiológicas

Em *Mind: A Brief Introduction* (2004), Searle recusa o valor do conceito de identidade para o esclarecimento e resolução do problema mente-corpo. Sua argumentação se baseia na ideia de que um mesmo processo neurobiológico pode ter diferentes tipos de propriedades, por meio das quais podemos nos referir àquele processo: uma vez que essas propriedades são diferentes, a noção de identidade não tem grande valor. Como foi discutido acima, Searle deu certa margem para a interpretação de que sua solução para o problema mente-corpo se assemelha à teoria da identidade mente-cérebro. Mas ele se distancia dessa interpretação afirmando que um teórico da identidade pretende identificar um estado de consciência com um estado neurobiológico enquanto tal, ao passo que, na visão de Searle, isso é impossível, por se tratar de propriedades diversas. Não seria possível descobrir que um tipo de fenômeno mental consciente é idêntico a um tipo de processo cerebral. Mas é possível optar entre se referir a um evento mental particular através de suas características neurobiológicas ou através de suas características fenomenológicas (cf. Searle, 2004, p. 124-125).

Para elucidar a diferença entre seu naturalismo biológico e a teoria da identidade, Searle dá como exemplo a explicação de Jaegwon Kim a respeito

<sup>14</sup> “Os processos cerebrais, ao nível das descargas neuronais, não constituem a consciência, mas sim as descargas neuronais no nível inferior causam a característica sistêmica de nível superior que é a consciência. Mas se isso está correto, e tudo o que sabemos sobre o cérebro sugere que está, então o conceito de superveniência não adiciona nada aos conceitos que já temos, conceitos tais como causação, incluindo causação de baixo para cima, níveis mais altos e mais baixos de descrição, e características de ordem superior sendo realizadas no sistema composto pelos elementos de nível inferior” (Searle, 2004, p. 149).

<sup>15</sup> Chalmers acredita que as propriedades do micronível constituem as propriedades do macronível quando estas são logicamente supervenientes às propriedades do micronível, o que não é, segundo ele, o caso da consciência.



da tese da identidade de ocorrências, que pretende identificar eventos mentais (particulares) com eventos físicos (particulares)<sup>16</sup>, tese formulada por Kim do seguinte modo: “Todo evento que se enquadra em [*falls under*] um tipo de evento mental também se enquadra em um tipo de evento físico (ou todo evento que tem uma propriedade mental também tem alguma propriedade física)” (Kim, 1996, p. 59). Em sua recusa da noção de identidade, Searle afirma que, assim como no exemplo dado por Kim de que todo objeto colorido é idêntico a um objeto dotado de forma, embora ter uma cor e ter uma forma sejam propriedades diversas, da mesma maneira podemos articular nossa noção de processo neurobiológico de modo que ela seja ampla o suficiente para abarcar suas propriedades subjetivas e objetivas, embora tais propriedades sejam diferentes (Searle, 2004, p. 125).

Ou seja, para Searle, não é possível identificar propriedades subjetivas e objetivas (o que o afasta da teoria de identidade de tipos), ainda que seja possível identificar um mesmo particular como o portador tanto de determinadas propriedades conscientes quanto de determinadas propriedades neurobiológicas (identidade de ocorrências). Se for interpretada à luz dessas reflexões, a tese de que fenômenos mentais e processos cerebrais são descrições do mesmo sistema (em diferentes níveis) não é equivalente a um reducionismo, pois, assim, os níveis de descrição se articulariam com a diferença ontológica de propriedades (subjetivas no nível superior, neurobiológicas no nível inferior).<sup>17</sup>

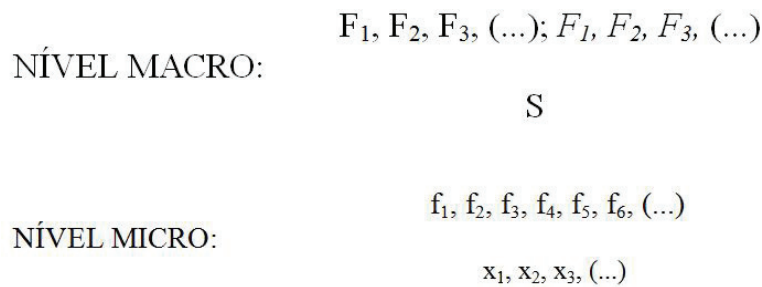
Mas, neste ponto, cabe uma reflexão a respeito da relação entre essas propriedades de tipos diferentes. Searle apresenta argumentos para a irredutibilidade ontológica das propriedades subjetivas a propriedades objetivas (cf. 1992, p. 117), e é bastante claro que essa diferença ontológica tem uma certa correspondência com a distinção entre os níveis de organização do sistema cerebral, pois, uma vez que as propriedades mentais subjetivas são propriedades sistêmicas, elas só são instanciadas no nível macro do sistema. O sistema cerebral (S) é formado por elementos, os neurônios ( $x_1, x_2$ , etc.), que instanciam toda uma série de propriedades ( $f_1, f_2, f_3$ , etc. – p. ex., as propriedades químicas de um dado neurônio, sua carga elétrica, etc.). Mas tal sistema possui, no nível superior, propriedades que são objetivas ( $F_1, F_2$ , etc.), como a solidez da estrutura do cérebro, a carga elétrica do órgão, etc., e as que são subjetivas ( $F_1, F_2$ , etc.), como sensações, emoções, crenças, desejos, etc.<sup>18</sup>

A tese de que os fenômenos mentais (propriedades sistêmicas subjetivas) são causados por processos cerebrais (mudanças nas propriedades objetivas no micronível) procura expressar uma relação de dependência entre propriedades do nível macro em relação a propriedades do nível micro. As reflexões expostas acima indicam que o conceito de causalidade não é adequado para explicar tal relação. Examinemos agora, mais detidamente, o conceito de superveniência.

<sup>16</sup> “Uma concepção toma os eventos como concretos particulares básicos do mundo, juntamente com objetos materiais, e assim como coisas materiais eles possuem propriedades e se enquadram em [*fall under*] tipos. Assim, um evento pode ser uma explosão ou o colapso de uma ponte; ele pode ser rápido, violento e inesperado” (Kim, 1996, p. 58).

<sup>17</sup> Com base nessa diferença entre as propriedades do nível micro e do nível macro, Searle teria como se defender da acusação de Thompson (1986) discutida acima, para quem Searle supõe haver uma relação causal onde causa e efeito são idênticos (o que seria absurdo). De qualquer maneira, penso que a simultaneidade das propriedades no nível micro e no nível macro (mesmo que elas não sejam idênticas) permanece como um problema para quem quer entender a relação entre essas propriedades como causal, e é um motivo a favor da noção de superveniência.

<sup>18</sup> Trata-se de propriedades que são instanciadas pelo sistema inteiro, ou pelo menos por partes do sistema que são devidamente complexas: “Neurônios individuais não são conscientes, mas porções do sistema cerebral, composto de neurônios, são conscientes” (Searle, 2004, p. 114).



**Figura 1.** O sistema cerebral, seus componentes e as propriedades em cada nível de complexidade.

**Figure 1.** The brain system, its components and the properties at each level of complexity.

## Superveniência

A expressão “superveniência” é usada no debate filosófico contemporâneo para designar um determinado tipo de relação de dependência que se supõe existir entre certos grupos de propriedades (cf. Chalmers, 1996, p. 32). A ideia básica é que um conjunto de propriedades A determina um outro conjunto de propriedades B, de tal maneira que, se houver alguma mudança em B, então tem que ter havido alguma mudança em A (cf. Horst, 2007, p. 29). Dito de outra maneira, se duas coisas são idênticas em suas propriedades de tipo A, então elas são idênticas em suas propriedades de tipo B. Célebres exemplos desse tipo de dependência ou determinação são as relações entre propriedades morais e características de comportamento e personalidade, ou a relação entre as propriedades estéticas e as propriedades físicas de uma obra de arte (cf. Kim, 1993, p. 55).

Tomando este último caso, vamos supor que fosse tecnicamente possível criar uma cópia perfeita, molécula por molécula, de uma escultura como “O êxtase de Santa Tereza”, de Lorenzo Bernini. Nesse caso, tal cópia, apesar de ser uma falsificação, seria exatamente tão bela quanto a escultura original, pois partilharia com ela todas as propriedades físicas (formas, cores, texturas, etc.) que o autor teve de moldar para criar um objeto belo. A instanciação dessas propriedades físicas determina a instanciação das propriedades estéticas, ou, dito de outra forma, a instanciação das propriedades estéticas depende da instanciação das propriedades físicas.

Mas, para entender a importância desse conceito para as reflexões sobre a relação mente-corpo, é fundamental considerar os diferentes graus de força modal com que a relação de superveniência pode ocorrer. Na literatura filosófica a esse respeito é feita a distinção entre superveniência fraca e forte (cf. Beckermann, 1992, p. 96-97; 2001, p. 207; Kim, 1993, p. 57-67; 1994, p. 577-578). A primeira consiste em uma relação contingente entre propriedades, no sentido de que indiscernibilidade nas propriedades de tipo B implica a indiscernibilidade das propriedades de tipo A no mundo atual, ou em um dado mundo possível (considerado isoladamente), mas essa sua contingência extremada a faz de pouco valor para a reflexão a respeito do problema mente-corpo. Já a superveniência forte é concebida como uma relação necessária, no sentido de que indiscernibilidade nas propriedades de tipo B implica a indiscernibilidade das propriedades de tipo A em todos os mundos possíveis, e essa

necessidade a torna extremamente relevante para a reflexão sobre a ontologia da mente, já que nos permite refletir sobre as características essenciais do mental e do físico. Porém, no que diz respeito a essa necessidade, é preciso distinguir entre dois casos: se a necessidade vige em todos os mundos conceitualmente (logicamente) possíveis, ou apenas nos mundos que são possíveis segundo as leis da natureza do mundo atual, que formam um pequeno subconjunto dos mundos logicamente possíveis (cf. Kim, 1993, p. 144; Beckermann, 2001, p. 215).

Refletindo sobre essa importante distinção, David Chalmers propõe o emprego dos termos “superveniência lógica” e “superveniência natural”. No primeiro caso, teríamos uma relação de dependência de cunho conceitual, enquanto no segundo caso teríamos uma relação de dependência de cunho empírico (aqui já cabe refletir sobre em qual dos dois casos o naturalismo biológico de Searle se encaixa). De acordo com Chalmers (1996, p. 35), “[p]ropriedades de tipo B sobrevivem *logicamente* a propriedades de tipo A se não existem situações *logicamente possíveis* que são idênticas quanto às propriedades de tipo A mas diferentes quanto às propriedades de tipo B”. Por outro lado, haveria uma superveniência mais fraca<sup>19</sup> quando dois conjuntos de propriedades estão sistematicamente correlacionados no mundo natural, de acordo com as leis naturais que vigem nesse mundo (cf. 1996, p. 36).

Para Chalmers, a verdade do fisicalismo exigiria uma superveniência lógica do mental sobre o físico, isto é, o fisicalismo só seria verdadeiro se as propriedades mentais fossem logicamente supervenientes às propriedades físicas, pois apenas assim teríamos a situação na qual os fenômenos físicos são os fenômenos fundamentais do universo (cf. 1996, p. 41-42). Se entre as propriedades mentais e as propriedades físicas vigorar apenas uma superveniência natural, então (apesar de estarem conectadas no mundo atual) seria possível um mundo no qual as propriedades físicas existissem sem a presença de quaisquer propriedades mentais, o que significaria que estas propriedades são algo além das propriedades físicas. No que diz respeito à consciência fenomênica (*phenomenal consciousness*), Chalmers acredita, justamente, neste último cenário. Para ele, é possível conceber um mundo exatamente como o nosso em termos físicos onde não existissem quaisquer propriedades fenomenológicas subjetivas (*qualia*) e, baseado nessa possibilidade lógica, ele elabora uma versão própria de um antigo argumento contra o materialismo.<sup>20</sup> Searle reconstitui o argumento, em termos gerais, da seguinte maneira (cf., 2004, p. 128): dada a existência e a trajetória de todas as micropartículas do universo, a história do universo está determinada pelo modo como estas se comportam. Não é logicamente concebível que o universo fosse exatamente como é, partícula por partícula, sem que todas as suas propriedades físicas fossem exatamente como elas são. Porém, é logicamente concebível que o universo fosse exatamente como é, partícula por partícula, sem a consciência. Portanto, tem que haver uma distinção entre a consciência e as propriedades físicas.

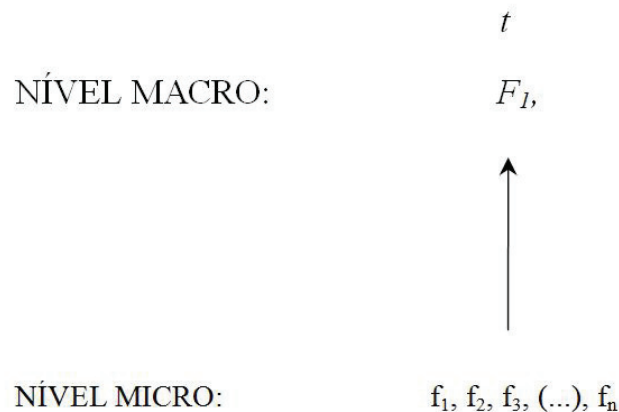
As reflexões de Chalmers sobre a noção de superveniência, bem como seu argumento contra a superveniência lógica da consciência sobre propriedades físi-

<sup>19</sup> Vale ressaltar que não se trata aqui de uma superveniência fraca no sentido de uma relação que se dá apenas em um mundo possível tomado isoladamente. A superveniência natural é um tipo de superveniência forte. O ponto é que a superveniência natural é mais fraca do que a superveniência lógica, já que ela se dá apenas nos mundos possíveis segundo as leis da natureza do mundo atual.

<sup>20</sup> “Eu não sou o primeiro a usar o argumento a partir da possibilidade lógica contra o materialismo. Na verdade, penso que de uma forma ou de outra ele é o argumento antimaterialista fundamental na filosofia da mente” (Chalmers, 1996, p. 140). Uma das formas como Chalmers formula a sua versão para o argumento é a seguinte (cf. Chalmers, 1996, p. 123): (i) No nosso mundo, existem experiências conscientes; (ii) Existe um mundo logicamente possível que é fisicamente idêntico ao nosso, no qual os fatos positivos sobre a consciência em nosso mundo não têm lugar; (iii) Portanto, fatos sobre a consciência são fatos adicionais acerca do nosso mundo, acima e além dos fatos físicos; (iv) Logo, o materialismo é falso.

cas (usado por ele para defender o dualismo de propriedades), são extremamente úteis para que se possa esclarecer o naturalismo biológico de Searle. Como foi visto acima, Searle aceita que o conceito de superveniência seja empregado para explicar a relação entre consciência e cérebro (apesar de achar o conceito supérfluo, diante do conceito de causação), e sua visão a respeito da relação entre propriedades conscientes e objetivas pode ser facilmente interpretada como uma teoria de superveniência psicofísica. Quando os elementos constituintes do sistema cerebral (os neurônios) instanciam determinadas propriedades neurobiológicas em um tempo  $t$ , isso determina a instanciação de uma determinada propriedade mental (p. ex., uma sensação) nesse mesmo tempo  $t$ .

A pergunta é: trata-se de uma relação de dependência que vige em qualquer situação logicamente concebível? Ou, pelo contrário, é uma relação que decorre apenas das leis da natureza em nosso universo? Não é difícil perceber que Searle opta por esta última visão. Ele recusa veementemente a redução da consciência a qualquer fenômeno objetivo, pelo menos no sentido ontológico. A consciência seria ontologicamente irreduzível por existir de um modo diferente dos outros fenômenos do universo<sup>21</sup>, e isso teria consequências de caráter conceitual. De acordo com Searle, “o sentido no qual a consciência, embora causalmente redutível, é ontologicamente irreduzível, é que uma descrição completa das características objetivas de terceira pessoa do cérebro não seria uma descrição de suas características subjetivas de primeira pessoa” (2002b, p. 61).



**Figura 2.** A instanciação de certas propriedades neurobiológicas no micronível determina a instanciação de uma certa propriedade mental no macronível.

**Figure 2.** The instantiation of certain neurobiological properties at the microlevel determines the instantiation of a certain mental property at the macrolevel.

<sup>21</sup> “Estados e processos conscientes possuem uma característica especial não possuída por outros fenômenos naturais, a saber, a subjetividade” (Searle, 1992, p. 93). Trata-se da subjetividade ontológica, que é caracterizada por ele da seguinte maneira: “Estados conscientes só existem quando eles são experienciados por algum sujeito humano ou animal” (2002a, p. 41).

Isso indica que a descrição dos fenômenos mentais conscientes exige conceitos especiais, diferentes dos conceitos que designam fenômenos objetivos (cf. Searle, 2004, p. 119-120). Mas, se é assim, então os conceitos que empregamos para designar fenômenos subjetivos (os únicos adequados para descrever a consciência) são independentes do emprego de conceitos objetivos, de modo que não há vínculo conceitual entre os dois domínios de fenômenos. Assim, tudo indica que o vínculo entre esses domínios é meramente uma decorrência das leis da natureza, e o simples fato de Searle insistir tanto em empregar o conceito de causação (estados de consciência são causados por processos cerebrais) é mais uma evidência nesse sentido, já que a causação é, em certo sentido, uma relação contingente.<sup>22</sup> A necessidade de uma relação causal decorre das leis naturais (necessidade nomológica), o que é compatível com a contingência referida acima (contingência lógica, ou conceitual), e quando discute o problema da explanação da consciência (subjetiva) em termos de fenômenos objetivos, Searle declara explicitamente que, para tal explanação, “o conhecimento de relações causais nomológicas [*lawlike causal relations*] vai nos dar toda a necessidade causal de que precisamos” (1992, p. 103).

Portanto, uma vez que o naturalismo biológico é uma teoria de superveniência psicofísica (defende que as propriedades subjetivas são supervenientes às propriedades neurobiológicas), mas concebe essa relação de superveniência como dotada de uma necessidade meramente natural, essa teoria ontológica sobre a mente se assemelha muito a um dualismo de propriedades.

## Considerações finais

Apesar de aceitar a irredutibilidade ontológica da consciência, Searle nega que ela implique um dualismo de propriedades. O fisicalismo contemporâneo, adaptado às restrições impostas pelo problema da múltipla realizabilidade (cf. Kim, 1993, p. 310), defende que todas as coisas ou são físicas em sentido estrito (são o tipo de entidade descrito pela ciência física corrente) ou são físicas em sentido amplo, que é o de estar em uma relação apropriada com as entidades que são físicas em sentido estrito (cf. Melnyk, 2003, p. 67-68). Se, por um lado, Searle aceita que todos os concretos particulares são físicos (em sentido estrito – cf. Searle, 1995, p. 229; 2004, p. 126), por outro lado ele acredita que as propriedades subjetivas são irredutíveis a propriedades objetivas. De acordo com Jaegwon Kim, “o dualismo de propriedades do fisicalismo não redutivo é um dualismo atenuado: é um dualismo com relações de dependência entre os dois domínios” (1993, p. 340). Se Searle pretende defender o fisicalismo, ao mesmo tempo em que defende a irredutibilidade das propriedades subjetivas (conscientes), ele precisa conceber a relação entre estas propriedades e os sistemas físicos que as instanciam de uma maneira adequada, isto é, de uma maneira em que a relação de dependência do mental para com o físico seja forte o suficiente para fazer do domínio físico o domínio fundamental. Porém, conforme exposto acima, ele concebe a dependência das propriedades mentais em relação às propriedades físicas como decorrente apenas das leis da natureza, o que parece ser fraco demais para garantir o fisicalismo.

<sup>22</sup> É curioso notar que o próprio Chalmers enxerga, a esse respeito, um paralelismo entre a sua própria teoria da consciência e a de Searle: “Como eu, Searle sustenta que a consciência é superveniente de modo meramente natural ao físico. Ele admite que uma réplica zumbi é logicamente possível, sustentando que a consciência é meramente causada por estados do cérebro. Mas ele nega que isso seja uma variedade de dualismo, mesmo de dualismo de propriedades” (1996, p. 130).

Mas Searle discorda desse tipo de avaliação. Ele argumenta que a necessidade das leis da natureza é suficiente para integrar a mente no domínio do físico, e, como veremos a seguir, sua argumentação tenta dar a estas leis uma necessidade metafísica (decorrente da essência das partículas que compõem nosso universo). Apesar de admitir que o argumento da possibilidade lógica (de um universo fisicamente indistinguível do nosso, mas sem a consciência) está correto em mostrar que a descrição de fatos objetivos não implica a existência de fatos subjetivos (cf. 2004, p. 129), tal argumento seria insuficiente para fundamentar uma diferença ontológica<sup>23</sup>, pois, quando imaginamos as partículas nesse mundo possível se comportando da mesma maneira que no mundo atual, mas sem causar a consciência, estaríamos trapaceando no experimento de pensamento, porque não estaríamos imaginando essas partículas se comportando da mesma maneira que no mundo atual, pois neste mundo elas, de fato, causam a consciência. De acordo com ele: “Desde que as leis da natureza sejam incluídas na descrição do universo físico, e elas têm que ser incluídas porque são parcialmente constitutivas do universo físico, então a existência da consciência se segue, como uma consequência lógica daquelas leis” (Searle, 2004, p. 129).

Essas afirmações são muito estranhas porque, ao mesmo tempo em que ele admite a possibilidade lógica de se conceber, p. ex., um sistema objetivo idêntico a um cérebro humano sem a consciência (quando afirma que a descrição de fatos objetivos não implica a existência de fatos subjetivos), ao dizer que a consciência é uma consequência lógica das leis da natureza, ele parece querer atribuir a estas leis uma necessidade lógica, mais forte que a mera necessidade natural, o que é incompatível com a possibilidade referida acima. Mas, além disso, como se pode levar a sério essa tentativa de atribuir necessidade lógica às leis da natureza? Em um texto mais recente, ele próprio diz que, para imaginar a história do universo sendo exatamente a mesma (com cada movimento de cada partícula), mas sem a consciência, seria preciso “imaginar que as leis da natureza são diferentes do que elas são no mundo real” (Searle, 2007, p. 177), e se é possível imaginar isso, como ele admite, então as leis da natureza não são logicamente necessárias.

Mas, no prosseguimento desse mesmo texto, Searle expõe uma nova argumentação, cuja meta parece ser provar que a capacidade de causar fenômenos mentais conscientes (com um aspecto qualitativo determinado) é uma propriedade essencial de certos eventos mentais. Segundo ele, o argumento da possibilidade lógica seria equivocado, pois, no nível mais fundamental, as leis da natureza não descrevem o comportamento de partículas físicas que existem independentemente delas, mas, na verdade, “satisfazer as leis é parcialmente constitutivo das partículas” (Searle, 2007, p. 177). Recorrendo à imagem da criação divina do universo, ele afirma que “Deus não cria primeiro os elétrons e então decide dar a eles uma carga negativa, na verdade, a carga negativa é parte da essência de ser um elétron” (Searle, 2007, p. 177). Sendo assim, as leis segundo as quais determinados processos cerebrais causam determinados estados de consciência seriam parte da essência desses processos, de modo que “dada a constituição da realidade, a consciência tem que se seguir da mesma maneira que qualquer outra propriedade biológica se segue, tal como mitose, meiose, fotossíntese, digestão, lactação ou a secreção da bile” (Searle, 2007, p. 177). Se assim for, então, apesar da possibilidade lógica de se conceber um sistema objetivo idêntico ao nosso cérebro, mas desprovido de consciência,

<sup>23</sup> Há, aqui, uma estranha ambiguidade, pois se, por um lado, ele parece defender uma conclusão ontológica ao afirmar que “uma descrição de fatos de terceira pessoa não implica a existência de fatos de primeira pessoa” (Searle, 2004, p. 129, grifo meu), por outro lado, quando diz que a existência da consciência é uma consequência lógica das leis da natureza, ele parece querer, justamente, negar um tal tipo de conclusão.



isso não significa que ela seja uma propriedade não física, pois a existência de uma propriedade não física seria impossível, em virtude da necessidade metafísica da conexão entre determinados processos físicos e a consciência.<sup>24</sup>

Entretanto, Searle não apresenta nenhum argumento para uma tese tão forte. Consideremos uma lei da natureza, como, por exemplo, a que determina a pressão de um gás em função de seu volume e temperatura:  $pV = KT$ . Nela, a constante  $K$  tem um valor arbitrário, no sentido de que podemos conceber uma porção de gás com uma pressão diferente da que teria no mundo atual, bastando que o valor dessa constante fosse maior ou menor (cf. Chalmers, 1996, p. 36). É exatamente esse tipo de contingência que leva Chalmers a considerar as relações nomologicamente necessárias como simples correlações empíricas, que não se dão em todos os mundos logicamente possíveis. E seria preciso oferecer uma argumentação muito forte para mostrar uma relação assim tão contingente como, de algum modo, essencial à constituição do nosso mundo. Vale lembrar que a conexão entre processos cerebrais e fenômenos subjetivos parece altamente arbitrária, contingente. Por não conseguir apresentar uma argumentação satisfatória para a suposta necessidade metafísica das leis psicofísicas, Searle não consegue diferenciar seu naturalismo biológico do dualismo de propriedades.

## Referências

- ARMSTRONG, D.M. 1991. Intentionality, Perception, and Causality: Reflections on John Searle's *Intentionality*. In: E. LEPORE (org.); R. VAN GULICK (org.), *John Searle and his Critics*. Cambridge/Oxford, Basil Blackwell, p. 149-158.
- BECKERMANN, A. 1992. Supervenience, Emergence, and Reduction. In: A. BECKERMANN; H. FLOHR; J. KIM (eds.), *Emergence or Reduction? Essays on the Prospects of Nonreductive Physicalism*. Berlin/New York, De Gruyter, p. 94-118. <http://dx.doi.org/10.1515/9783110870084.94>
- BECKERMANN, A. 2001. *Analytische Einführung in die Philosophie des Geistes*. Berlin, New York, Walter de Gruyter, 497 p.
- BLACKBURN, S. 2003. Metaphysics. In: N. BUNNIN; E.P. TSUI-JAMES (eds.), *The Blackwell Companion to Philosophy*. 2ª ed., Oxford, Blackwell Publishing, p. 61-89.
- CHALMERS, D. 1996. *The Conscious Mind: In Search of a Fundamental Theory*. Oxford, Oxford University Press, 414 p.
- CHURCHLAND, P. 2004. *Matéria e consciência: uma introdução contemporânea à filosofia da mente*. São Paulo, Editora da UNESP, 286 p.
- HODGSON, D. 1994. Why Searle has not Rediscovered the Mind. *Journal of Consciousness Studies*, 1(2):264-274.
- HORST, S. 2007. *Beyond Reduction: Philosophy of Mind and Post-Reductionist Philosophy of Science*. Oxford, Oxford University Press, 228 p.
- KIM, J. 1993. *Supervenience and Mind: Philosophical Essays*. Cambridge, Cambridge University Press, 377 p. <http://dx.doi.org/10.1017/CBO9780511625220>
- KIM, J. 1994. Supervenience. In: S. GUTTENPLAN (ed.), *A Companion to the Philosophy of Mind*. Oxford/Cambridge, Basil Blackwell, p. 575-83.
- KIM, J. 1995. Mental Causation in Searle's 'Biological Naturalism'. *Philosophy and Phenomenological Research*, 55(1):189-194. <http://dx.doi.org/10.2307/2108318>
- KIM, J. 1996. *Philosophy of Mind*. Oxford, Boulder, Westview Press, 258 p.
- MELNYK, A. 2003. Physicalism. In: S.P. STICH; T.A. WARFIELD (eds.), *The Blackwell Guide to Philosophy of Mind*. Oxford, Blackwell Publishing, p. 65-84.
- MCGINN, C. 2004. Can We Solve the Mind-Body Problem? In: J. HEIL (ed.), *Philosophy of Mind: A Guide and Anthology*. Oxford, Oxford University Press, p. 781-97.

<sup>24</sup> De acordo com Chalmers, a aceitação da possibilidade lógica de um mundo zumbi juntamente com a negação de sua possibilidade metafísica é o que caracteriza um fisicalismo não redutivo (cf. 1996, p. 162), e é um ponto de vista que frequentemente atrai os que desejam levar a consciência a sério e, ao mesmo tempo, permanecer fisicalistas (cf. 1996, p. 164).

- PRESTON, J.; BISHOP, M. (ed.). 2002. *Views into the Chinese Room: New Essays on Searle and Artificial Intelligence*. Oxford, Oxford University Press, 410 p.
- SCHLOSSER, M.E. 2009. Nonreductive Physicalism, Mental Causation, and the Nature of Actions. In: A. HIEKE; H. LEITGEB (eds.), *Reduction: Between the Mind and the Brain*. Frankfurt/Paris/Lancaster/New Brunswick, Ontos Verlag, p. 73-89.
- SCHRÖDER, J. 2004. *Einführung in die Philosophie des Geistes*. Frankfurt a. M., Suhrkamp, 387 p.
- SEARLE, J.R. 1980. Minds, Brains and Programs. *Behavioral and Brain Sciences*, 3:417-424. <http://dx.doi.org/10.1017/S0140525X00005756>
- SEARLE, J.R. 1983. *Intentionality: An Essay in the Philosophy of Mind*. Cambridge, Cambridge University Press, 273 p. <http://dx.doi.org/10.1017/CBO9781139173452>
- SEARLE, J.R. 1984. *Minds, Brains, and Science*. Cambridge, Harvard University Press, 107 p.
- SEARLE, J.R. 1992. *The Rediscovery of the Mind*. Cambridge, London, MIT Press, 267 p.
- SEARLE, J.R. 1994. Searle, John. In: S. GUTTENPLAN (ed.), *A Companion to the Philosophy of Mind*. Oxford/Cambridge MA, Basil Blackwell, p. 544-550.
- SEARLE, J.R. 1999a. *Mind, Language and Society: Philosophy in the Real World*. New York, Basic Books, 175 p.
- SEARLE, J.R. 1999b. The Future of Philosophy. *Philosophical Transactions of the Royal Society*, B 354:2069-2080. <http://dx.doi.org/10.1098/rstb.1999.0544>
- SEARLE, J.R. 2002a. *Consciousness and Language*. Cambridge, Cambridge University Press, 269 p. <http://dx.doi.org/10.1017/CBO9780511606366>
- SEARLE, J.R. 2002b. Why I Am Not a Property Dualist. *Journal of Consciousness Studies*, 9(12):57-64.
- SEARLE, J.R. 2004. *Mind: A Brief Introduction*. Oxford, Oxford University Press, 326 p.
- SEARLE, J.R. 2007. Dualism Revisited. *Journal of Physiology*, 101:169-178.
- STICH, S.P. 1987. Resenha de *Minds, Brains and Science*. *The Philosophical Review*, 96:129-33. <http://dx.doi.org/10.2307/2185338>
- THOMPSON, D.L. 1986. Intentionality and Causality in John Searle. *Canadian Journal of Philosophy*, 16:83-97.

Submitted on December 16, 2011

Accepted on November 16, 2012